



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 11128.000681/00-04  
SESSÃO DE : 09 de julho de 2002  
RECURSO N° : 123.504  
RECORRENTE : PANASONIC DO BRASIL LTDA.  
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

**R E S O L U Ç Ã O N° 303-00.825**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 09 de julho de 2002

  
JOÃO HOLANDA COSTA  
Presidente

  
ANELISE DAUDT PRIETO  
Relatora

23 AGO 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ZENALDO LOIBMAN, IRINEU BIANCHI, PAULO DE ASSIS, CARLOS FERNANDO FIGUEIREDO BARROS e NILTON LUIZ BARTOLI. Ausente o Conselheiro HÉLIO GIL GRACINDO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 123.504  
RESOLUÇÃO N° : 303-00.825  
RECORRENTE : PANASONIC DO BRASIL LTDA.  
RECORRIDO : DRJ/SÃO PAULO/SP  
RELATORA : ANELISE DAUDT PRIETO

RELATÓRIO

A empresa acima qualificada recorre a este Conselho de decisão que indeferiu solicitação de restituição de imposto de importação formalizada junto à Alfândega de Santos, num montante de R\$ 21.341,77, relativa à importação realizada por meio da DI nº 99/0083868-8, registrada em 29/01/99.

Conforme esclareceu em sua petição inicial, importou mercadorias originárias do México, mas exportadas dos EUA, país não signatário da ALADI, tratando-se de operação de triangulação comercial extremamente utilizada no mercantilismo moderno. Faria jus à redução tarifária pelo fato de ter importado mercadoria ao amparo de acordo da ALADI. Entretanto, registrou a DI com recolhimento integral dos tributos porque o SISCOMEX não aceitou a redução do II, já que o país exportador não fazia parte da ALADI.

O faturamento por um terceiro país seria irrelevante no que concerne à origem. Já houve, com a Resolução nº 232 da ALADI, a regulamentação internacional da matéria, e, por meio do Decreto nº 2.865, DOU de 08/12/98, a regulamentação nacional, tornando possível o reconhecimento da prática intercambial. A COANA também já teria se pronunciado de maneira favorável a tal prática.

À fl. 15 constata-se declaração emitida pelo Gerente de Contabilidade da matriz da empresa, no sentido de que o imposto pago a maior foi estornado dos custos das mercadorias vendidas, conforme lançamentos contábeis de valor dos débitos a ela anexados. À fl. 24 o mesmo Gerente declara, sob as penas da lei, não haver utilizado o crédito, “objeto do presente pedido para a compensação com outros débitos, conforme preceitua o artigo 156 da Lei 8.383/91.”

Consta, à fl. 52, o indeferimento do pedido de retificação da DI, tendo em vista que as mercadorias não mais se encontravam disponíveis no recinto alfandegado, impossibilitando, pois, a verificação e comprovação da origem das mesmas. Às fls. 54/55 o pedido de reconhecimento de crédito é indeferido, haja vista não ter sido procedida a retificação requerida e, portanto, não ter sido caracterizada a hipótese de imposto pago a maior.

Inconformada, a contribuinte impugnou nos termos das fls. 56/64, acrescentando aos argumentos já trazidos, em suma:

*Anelise Daudt Prieto*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 123.504  
RESOLUÇÃO Nº : 303-00.825

a-) o SISCOMEX desconsidera, para atribuir a alíquota do II, as informações constantes do campo “Fabricante/Produtor: Nome/País”, levando em conta somente o campo “Exportador: Nome/País”;

b-) tal problema acarreta automaticamente o recolhimento a maior do II, não restando outra alternativa senão pagar o tributo (débito automático em conta corrente) e posteriormente efetuar o pedido de restituição;

c-) conforme estabelece o Decreto 2.865/98, é admitido que mercadoria produzida em um determinado país da ALADI faça jus ao incentivo firmado no âmbito da associação se comercializada por um terceiro país que não seja membro, devendo o Certificado de Origem indicar no campo observações que a mercadoria será faturada de um terceiro país, identificando o nome, denominação ou razão social e domicílio do exportador;

d-) o pedido de retificação da declaração foi negado com desconsideração de toda a documentação apresentada, sendo que a legislação estabelece que a origem da mercadoria não decorre de exame físico e sim de uma série de documentos que atestam o local de sua fabricação;

e-) a mercadoria não se encontrava em recinto alfandegado porque fora selecionada para o canal verde mas, conforme dispõe a IN 69/96, pode haver retificação da declaração após o desembarque aduaneiro da mesma forma que pode haver revisão aduaneira, esta última até mesmo com prioridade de realização;

f-) o despacho que indeferiu o pedido de reconhecimento de crédito também não pode prevalecer, já que cabalmente comprovada a origem da mercadoria mediante apresentação do Certificado de Origem da ALADI atestando que a mercadoria foi produzida no México e o recolhimento a maior do tributo;

g-) em situação idêntica a esta, em que a contribuinte também era interessada, a ALF de Santos proferiu a retificação da DI.

A decisão monocrática está assim ementada:

“**RESTITUIÇÃO. ACORDO ALADI. REDUÇÃO TARIFÁRIA. TRIANGULAÇÃO.** O benefício da redução tarifária, no âmbito da ALADI, só é admitido para produtos originários dos países membros e exportados diretamente para outro país associado, não se admitindo que os produtos importados sejam exportados por terceiro país não signatário.” *ANP*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 123.504  
RESOLUÇÃO N° : 303-00.825

A autoridade julgadora fundamentou sua decisão com base na Decisão nº 203, de 01/07/99, da Divisão de Tributação da SRRF/8<sup>a</sup>, concluindo que “ficou pacificado que não houve quaisquer modificações quanto à Resolução nº 78 da ALADI. A mencionada Resolução 232 alterou apenas o Acordo 91, que cuida da certificação de origem, com a introdução possível de um operador de um terceiro país não membro da Associação. Isto não significou, portanto, a possibilidade de a mercadoria produzida num país membro ser remetida para um terceiro país (não membro), para posteriormente ser exportada ao Brasil.”

Tempestivamente, a empresa apresentou recurso voluntário a este Conselho, em que repetiu as razões já trazidas e acrescentou que:

a-) na fundamentação da decisão a autoridade transcreve o art. 4º, alínea *a*, da Resolução do Comitê de Representantes nº 78/87 (aprovado pelo Decreto nº 98.874/90), porém omite a alínea *b* da mesma norma, que prevê a possibilidade das mercadorias transitarem pelo território de um terceiro país não membro da ALADI para fins e efeitos dos tratamentos tarifários preferenciais;

b-) nesse sentido manifestou-se o Acórdão nº 303-28905;

c-) o artigo 4º da Resolução ALADI nº 78/87, vigente à época dos fatos, não sofreu alteração em sua redação, estando atualmente vigente e consolidado na Resolução do Comitê de Representantes da ALADI nº 252 (regulamentada no Brasil pelo Decreto nº 3.325/99);

d-) na operação de que ora se trata, os produtos foram produzidos no México, enviados ao Estados Unidos onde permaneceram sob vigilância e controle da autoridades aduaneiras daquele país para, posteriormente, serem exportados ao Brasil, tendo sido, dessa forma, atendidos todos os requisitos do art. 4º, alínea *b*, da Resolução ALADI nº 78/87;

d-) o trânsito das mercadorias em apreço nos EUA se deu por motivos atinentes a requerimentos de transporte e as mesmas não se destinaram a nenhuma operação senão a carga e descarga em território aduaneiro daquele país.

Finaliza solicitando a reforma do despacho proferido o reconhecimento da existência do crédito tributário passível de restituição.

É o relatório.  
*MPL*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 123.504  
RESOLUÇÃO Nº : 303-00.825

VOTO

Conheço o recurso, que trata de matéria de competência deste Colegiado, é tempestivo e está acompanhado da comprovação da realização do depósito recursal.

O artigo quarto da Resolução ALADI nº 78 dispõe, *verbis*:

“QUARTO. Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas devem ter sido expedidas diretamente do país exportador para o país importador. Para esses efeitos, considera-se como expedição direta:

- a-) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não participante do acordo;
- b-) As mercadorias transportadas em trânsito por mais países não participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância da autoridade aduaneira competente nesses países, desde que:
  - i-) o trânsito esteja justificado por motivos geográficos ou por considerações referentes a requerimentos do transporte;
  - ii-) não estejam destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito; e
  - iii-) não sofram durante seu transporte e depósito, qualquer operação diferente da carga e descarga ou manuseio para mantê-la em boas condições ou assegurar sua conservação.”

Necessário se faz, portanto, a comprovação do atendimento do prescrito nos incisos i-), ii-) e iii-) da alínea b desse artigo, o que a contribuinte não realizou.

Por outro lado, deve ser também atendido ao que propugna a Resolução nº 232, em seu artigo 2º, que incorporou ao Acordo 91 do Comitê de Representantes, como artigo 2º, o seguinte: *prof*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 123.504  
RESOLUÇÃO N° : 303-00.825

“Quando a mercadoria objeto de intercâmbio, for faturada por um operador de um terceiro país, membro ou não membro da Associação, o produtor ou exportador do país de origem deverá indicar no formulário respectivo, na área relativa a "observações", que a mercadoria objeto de sua Declaração será faturada de um terceiro país, identificando o nome, denominação ou razão social e domicílio do operador que em definitivo será o que fature a operação a destino.

Na situação a que se refere o parágrafo anterior e, excepcionalmente, se no momento de expedir o certificado de origem não se conhecer o número da fatura comercial emitida por um operador de um país, a área correspondente do certificado não deverá ser preenchida. Nesse caso, o importador apresentará à administração aduaneira correspondente uma declaração juramentada que justifique o fato, onde deverá indicar, pelo menos, os números e datas da fatura comercial e do certificado de origem que amparam a operação de importação.”

Ressalto que, embora tanto na impugnação quanto no recurso voluntário a contribuinte tenha afirmado que anexou documento emitido pelo serviço de alfândega dos Estados Unidos atestando a origem do produto e esclarecendo quanto ao trânsito nos USA, e declaração do exportador localizado nos Estados Unidos onde constaria inclusive a justificativa para o trânsito da mercadoria pelos Estados Unidos e o cumprimento do disposto na Resolução 232 da ALADI, tais documentos não constam do processo.

Entretanto, em observação ao princípio da verdade material, entendo que deva o presente processo ser baixado em diligência para que seja comprovado o atendimento do disposto na alínea *b* do artigo 4.º da Resolução n.º 78 e no artigo 2.º da Resolução n.º 232.

Sala das Sessões, em 09 de julho de 2002

  
ANELISE DAUDT PRIETO - Relatora